

SUMÁRIO

PRÓLOGO	9
OBRAS DO AUTOR	13
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	17
I. INTRODUÇÃO	27
II. O DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO	29
II.1 A crise como característica do Direito Penal contemporâneo	29
Adendo 2010	34
II.2 As atitudes básicas e face do Direito Penal	35
A) Introdução	35
B) A postura abolicionista	36
a) Introdução	36
b) Abolicionismo e criminologia crítica	38
c) Bases para uma crítica à opção abolicionista	39
C) A perspectiva ressocializadora	48
a) Introdução	48
b) Críticas à pretensão ressocializadora	52
D) A proposta garantista	58
a) Introdução. O “neoclassicismo” político-criminal ...	58
b) O garantismo e os limites materiais da intervenção penal	62
Adendo 2010	68
1. Abolicionismo e ressocialização revisitados: a reparação	68
2. Expansão e insegurança: a fragmentação do garantismo	73

3. Expansão e insegurança: o (res)surgimento do “defensismo”	75
4. Direito Penal do inimigo?	78
III. AS CIÊNCIAS PENAIS NO ESTADO CONTEMPORÂNEO. EM PARTICULAR, A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL	81
III.1 Introdução. Dogmática. Criminologia. Política criminal. Vitimologia	81
Adendo 2010.....	89
1. O papel crescente da Vitimologia	89
2. Bases para um novo modelo teórico?: a hipótese “direito” da vítima à punição do agente	91
3. O sistema integral de Direito Penal: a consideração do processo	93
III.2 A dogmática jurídico-penal. Linhas gerais da evolução no objeto e no método	95
A) Introdução	95
B) O método do formalismo.....	98
C) O método do neokantismo	104
D) O método do finalismo	108
E) A dogmática no pós-finalismo	115
III.3 Em particular, a dogmática de orientação “funcional” ou teleológica.....	121
III.4 Exame das críticas à dogmática. Posicionamento	128
A) Introdução	128
B) A dogmática como disciplina com pretensão sistematizadora e a crítica ao “idealismo”	131
a) O conceitualismo e suas bases. Críticas	131
b) A orientação ao problema	136
c) O “purismo” e a orientação às ciências sociais	144
d) A orientação às ciências sociais. Conclusão	158
e) Em especial, a relação entre Dogmática e Criminologia	161

C) O sistema da dogmática penal como “sistema aberto”. Considerações sobre a crítica ao suposto caráter “reacionário” da dogmática	169
a) Introdução	169
b) Dogmática e Direito positivo. Bases de uma dogmática de sentido valorativo	171
c) A legitimidade das construções da dogmática pós-positivista	197
d) Dogmática e estruturas lógico-objetivas	215
e) A pretensão dogmática de “neutralidade”. Considerações críticas. Introdução ao “sistema aberto”	221
D) O “sistema aberto” como sistema de proposições valorativas. Análise da crítica ao suposto caráter “acientífico” da dogmática	235
a) Introdução	235
b) Características dos enunciados da dogmática	242
c) A dogmática jurídico-penal diante do modelo neopositivista de ciência	246
d) O controle racional dos enunciados da dogmática jurídico-penal	253
Adendo 2010	276
1. Introdução	276
2. A dogmática e o relativismo	278
3. Sobre o status da dogmática	281
4. Desafios do sistema dogmático do delito	284
IV. OS FINS DO DIREITO PENAL NO ESTADO CONTEMPORÂNEO	287
IV.1 Introdução	287
A) Considerações gerais	287
B) Observações metodológicas preliminares	306
IV.2 Referência às diferentes concepções sobre o fundamento legitimador da intervenção jurídico-penal (observações sobre as “teorias da pena”)	312

A) Introdução	312
B) “Utilidade” e “princípios garantistas” na fundamentação da legitimidade do <i>jus puniendi</i>	318
IV.3 Elementos da própria concepção: Primeiro. – O fim de prevenção geral de delitos e reações informais da sociedade	330
A) Exposição.....	330
B) A prevenção geral negativa	331
a) Considerações gerais	331
b) Problemas de legitimação	334
c) Autonomia do aspecto da prevenção de reações informais?	348
C) A prevenção geral positiva.....	351
a) Fundamentação e críticas	351
b) A “concepção limitadora” da prevenção geral positiva.....	368
IV.4 Elementos da própria concepção: Segundo. – O fim de redução da própria violência estatal	372
A) Exposição geral	372
B) O fim de redução da violência estatal desde a perspectiva utilitarista (geral)	373
a) Introdução	373
b) Aspectos empíricos	374
c) O princípio de “intervenção mínima”	378
C) O fim de redução da violência estatal na perspectiva garantista individual.....	382
a) Introdução	382
b) A “formalização” como característica do Direito Penal.....	384
c) O princípio de legalidade	386
d) As garantias materiais: proporcionalidade, humanidade, igualdade.....	396
e) As garantias materiais: ressocialização	401

D)	Em particular, o princípio de exclusiva proteção de bens jurídicos	406
IV.5	A “síntese” da lógica da prevenção, a lógica utilitarista da menor intervenção e a lógica das garantias individuais	422
A)	Introdução	422
B)	“Fundamento e limites” ou “tese/antítese/síntese de fins contrapostos”?	426
C)	Referência às diferentes sínteses históricas	428
D)	A síntese atual: manifestações	431
a)	Introdução	431
b)	A teoria da incriminação/despenalização de condutas. “Bem jurídico passível de proteção penal” e fragmentariedade	432
c)	As categorias da teoria do delito em geral. Em particular, a culpabilidade	443
d)	As consequências jurídicas. Referência às modernas instituições de política criminal neste âmbito	447
e)	A síntese atual e sua relação com o ideal de maximização da prevenção e das garantias. Epílogo.....	449
IV.6	O nível descritivo: as “funções” do Direito Penal	450
A)	Introdução	450
B)	Funções do Direito Penal no conjunto da sociedade (perspectiva empírica).	451
a)	A função ético-social	451
b)	A função simbólica	458
c)	A função de satisfação de necessidades de psicologia social.....	461
C)	Alusão às funções do Direito Penal sobre o indivíduo que delinuiu: “repressão” e prevenção especial “negativa”.	463
Adendo	2010.....	466
1.	Introdução	466
2.	Elementos de uma teoria da prevenção justa	468

3. A garantia da legalidade	473
4. Exclusiva proteção de bens jurídicos?	476
V. FINS DAS NORMAS JURÍDICO-PENAIIS E SISTEMA DOGMÁTICO DO DELITO	479
V.1 Fins do Direito Penal e normas jurídico-penais.	479
A) Os meios de cumprimento de seus fins pelo Direito Penal. Norma primária e norma secundária	479
B) A discussão sobre as normas primárias jurídico-penais.	485
a) Introdução	485
b) A natureza das normas primárias	486
c) Normas primárias de mandato e proibição. Relação entre as normas primárias e as “proposições permissivas”	495
d) O conteúdo valorativo e imperativo das normas primárias jurídico-penais	510
e) O fim de “motivação”	537
C) A norma secundária. Conclusão	546
Adendo 2010	549
1. A discussão atual sobre a teoria das normas	549
V.2 Teoria das normas jurídico-penais e sistema do delito	553
A) Introdução. Bases para a construção do sistema dogmático do delito. Fins do Direito Penal, normas jurídico-penais e teoria do delito	553
B) O sistema bipartido	569
a) Introdução. A tripartição clássica e a bipartição de base teleológica	569
b) Posicionamento: a bipartição fundamentada na teoria das normas	571
C) O âmbito da infração da norma primária: a antijuridicidade penal	581
a) O conceito de antijuridicidade. Infração de imperativos e danosidade. Antijuridicidade e antijuridicidade penal	581

b) A relação entre tipicidade penal e antijuridicidade penal	590
c) Distinções analíticas na antijuridicidade penal; ação; conduta penalmente típica; causas de exclusão do injusto penal	603
D) O âmbito dos pressupostos da aplicação da norma secundária (a “sancionabilidade penal”).....	613
a) Introdução	613
b) A atribuíbilidade individual (culpabilidade). Antijuridicidade e culpabilidade. Exclusão da culpabilidade e exculpação. Justificação e exculpação	616
c) A lesividade. Imputação do resultado (tipicidade <i>ex post</i>). Resultado lesivo e resultado salvador	625
Adendo 2010.....	632
1. Introdução	632
2. Materiais para a reconstrução	634
PUBLICAÇÕES RELATIVAS AOS TEMAS TRATADOS NA APROXIMAÇÃO AO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO – 1992-2009 ..	639